

A ATUAÇÃO DO PROFESSOR DE APOIO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE UBERLÂNDIA: UMA REFLEXÃO PRELIMINAR DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ESTA ATUAÇÃO DOCENTE.

Flávia Junqueira da Silva
Mestranda em Educação FAGED/UFU
Professora da Educação Básica/SME e Inspetora Escolar/SME
flaviajusilva@hotmail.com

Resumo:

Este estudo é parte preliminar de pesquisa para dissertação de mestrado “O Professor de Apoio na Rede Municipal de Ensino de Uberlândia” desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da FAGED/UFU, com o objetivo de compreender como está estruturado legalmente, administrativamente e pedagogicamente o trabalho do professor de apoio na Rede Municipal de Ensino de Uberlândia/MG no período entre 2012 a 2016, e se embasa nos estudos de Foucault (1984, 1996, 2005, 2013, 2016) Mantoan (2004), Sanchez (2005), Sanches e Teodoro (2007), Silva (2012) entre outros. Trata-se de uma pesquisa qualitativa com ênfase na análise documental dos aspectos de âmbito legal, administrativo e pedagógico relacionado à política da atuação do professor de apoio na rede pública municipal de ensino sob a ótica da educação inclusiva. A função do professor de apoio é recente no cenário da educação brasileira e pouco se tem em estudos sobre o tema. Partindo desta realidade percebe-se que existem situações que inviabilizam a compreensão de uma política pública na rede municipal de ensino de Uberlândia para o trabalho do professor de apoio. Dentre os instrumentos de coleta de dados está a entrevista semiestruturada aos professores e gestores da rede municipal em estudo, questionário e a análise de documentos pertinentes às políticas públicas sobre esta temática. Por ser uma pesquisa em andamento espera-se ter a análise da fundamentação legal em âmbito federal, estadual e municipal da atuação do professor de apoio, bem como o consolidado das políticas públicas na rede municipal para esta atuação quanto à sua organização administrativa e pedagógica, além das percepções de que os sujeitos da pesquisa possuem sobre estas políticas.

Palavras chave: Professor de apoio. Políticas Públicas. Educação Especial na perspectiva inclusiva.

Eixo temático 3: infâncias, família, linguagens, culturas, políticas.

1 Introdução

A Educação Especial enquanto modalidade de ensino dentro do contexto da inclusão escolar tem possibilitado vários avanços no atendimento aos alunos com algum tipo de deficiência, com transtorno global do desenvolvimento (TGD) ou com altas habilidades/superdotação. Entre os avanços estão os marcos educacionais no âmbito das políticas públicas como, por exemplo, a Política Nacional da Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva (2008), as Diretrizes Operacionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Básica (2009), o Decreto nº 6949/09 que ratifica a convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (2009), a Lei nº 12764/12, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, o Plano Nacional de Educação- PNE (2104) entre outras.

Para responder a demanda de seu público alvo, a Educação Especial deve ser considerada como eixo fundamental da proposta pedagógica da escola. Essa modalidade de ensino contempla o Atendimento Educacional Especializado-AEE, e, neste sentido, visa o apoio aos alunos de seu público-alvo, considerando as suas especificidades, para que o acesso ao conhecimento seja propiciado a todos os alunos, reconhecidas as diferenças de cada um.

Com cenário educacional pautado pela filosofia da inclusão¹, o professor e a escola tem se desdobrado para atender essa demanda para a modalidade em Educação Especial, pois a cada dia são exigidas novas funções pedagógicas no processo de ensino e de aprendizagem, seja nas salas de recursos multifuncionais, seja na sala de aula comum.

Neste contexto, com as políticas públicas desencadeadas para a temática da inclusão no âmbito da Educação Especial, sobretudo com a Lei Nº 12764/12 é instituída a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e um novo perfil de trabalho docente se articulou nas esferas escolares de âmbito federal, estadual e municipal.

Destarte, com o aumento de matrículas de alunos público da educação especial no ensino regular na rede municipal de ensino de Uberlândia, percebeu-se que a função de professores de apoio recebeu uma dimensão de destaque no cenário escolar para atender especificidades de alunos, sobretudo, com Transtorno do Espectro Autista (TEA), conforme seja o grau de sua necessidade para este acompanhamento. Tais atendimentos são, de acordo

¹ A filosofia da inclusão compreende uma educação que atenda as necessidades de todos os alunos, independente de se ter ou não alguma deficiência, independente também de suas condições socioeconômicas, culturais e psicológicas (SÁNCHEZ, 2005).

com as políticas públicas, de fundamental importância ao acesso do conhecimento e às situações pedagógicas cotidianas no espaço escolar para estes alunos.

A função do professor de apoio é recente no cenário da educação brasileira, cuja produção literária ainda é escassa (NETO e MOURA, 2012). Partindo desta realidade percebe-se que existem situações que inviabilizam a compreensão de uma política pública na rede municipal de ensino de Uberlândia para o trabalho do professor de apoio.

O que instigou realizar esta pesquisa foi o desejo de conhecer como está estruturado o trabalho do professor de apoio, sob a ótica da educação inclusiva, na Rede Municipal de Ensino de Uberlândia e suas relações com o atendimento pedagógico aos alunos público da educação especial, especificamente aos alunos com Transtorno Globais do Desenvolvimento (TGD), no período entre 2012 a 2016. O levantamento das questões da pesquisa ou ainda das perguntas norteadoras como define Triviños (1987) se fixou em algumas indagações: a atuação do professor de apoio se estabelece enquanto uma ação docente de cunho inclusivo no contexto escolar? Quais as condições legais e pedagógicas que permeiam a atuação do professor de apoio na rede pública municipal de ensino de Uberlândia/MG? Em que circunstâncias se realizam as práticas do professor de apoio na interface com outros profissionais denominados também na função de “apoio”² aos alunos público da educação especial ocorridas na rede municipal diante dos desafios para elucidação desta prática de inclusão? Que desafios são estes?

Destarte, o objetivo geral do trabalho é compreender como está estruturado legalmente, administrativamente e pedagogicamente o trabalho do professor de apoio na Rede Municipal de Ensino de Uberlândia/MG no período entre 2012 a 2016, e, especificamente, analisar a fundamentação legal e pedagógica de natureza nacional, estadual e municipal do professor de apoio; identificar as condições da organização administrativa e pedagógica municipal desta função docente e as percepções que estes profissionais possuem do seu campo de atuação.

² O grifo é proposital. O destaque para a palavra “apoio” ao seu significado no dicionário on line do navegador da internet denominado Google tem dois sentidos. O primeiro sentido é o que serve para amparar, firmar, sustentar (alguém ou algo) e o segundo sentido se refere ao auxílio, amparo e ajuda. Neste segundo sentido, o atendimento a alunos com TGD na rede municipal de ensino de Uberlândia conta com apoio de educadores infantis enquanto e alguns Auxiliares em Serviços Administrativos Públicos (ASA) enquanto “cuidadores” s para serviços de higienização com as crianças e também para locomoção e alimentação destas dependendo da gravidade de sua limitação à promoção de sua autonomia. No entanto, educadores infantis também atuam como apoio ao acompanhamento de alunos com autismo na sala do ensino regular onde também há a atuação dos professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) com o assessoramento em sala de aula como uma das funções de suas atribuições a serviço da Educação Especial.

Considera-se importante esta pesquisa no intuito de contribuir com a literatura sobre a função do professor de apoio no sentido de averiguar as regulamentações existentes nas políticas públicas sobre esta função segundo a vertente da Educação Inclusiva, considerando estudos que fundamentam esta atuação como inclusiva e estudos que a tratam de forma oposta. Estima-se que o estudo aqui proposto possa contribuir com as reflexões do discurso da Educação Inclusiva no contexto da Educação Especial permitindo que no município de Uberlândia, contribua também com as políticas de regulamentação do professor de apoio, levando em consideração as dificuldades e possibilidades para a legitimação desta função.

2 Fundamentação Teórica

Segundo Silva (2012) a inclusão é condição inerente à legislação educacional brasileira sem prerrogativa da escolha. Para a autora, o que se torna flexível neste contexto é o que se propõe no Projeto Político Pedagógico das escolas para se executar esta inclusão.

Neste contexto, na análise do que se tratam as políticas públicas na vertente inclusiva da função do professor de apoio e o que se tem pautado na proposta pedagógica das escolas municipais de Uberlândia, referencia-se na busca de orientações para a estrutura administrativa e pedagógica da função do professor de apoio complementando o trabalho do professor de AEE e também do professor da sala do ensino regular.

A análise de diversos documentos aponta para a concepção de inclusão, entendida como o ato de se fazer valer o direito de todos os cidadãos sem distinção de suas especificidades (gênero, etnia, classe social, crença, cultura, aspectos físicos ou neurológicos), ou seja, a participação do todo sem distinção de partes num dado contexto social.

No contexto educacional, a inclusão, por sua vez,

É antes de tudo uma questão de direitos humanos, já que defende que não se pode segregar nenhuma pessoa como consequência de sua deficiência, de sua dificuldade de aprendizagem, do seu gênero ou mesmo se esta pertencer a uma minoria étnica (seria algo que iria contra os direitos humanos) (SANCHEZ, 2005. p. 12).

Na concepção do autor, a ênfase da inclusão parte do princípio de que o atendimento a todos os alunos deve ser assegurado, considerado o âmbito da diversidade social às peculiaridades de cada um ao direito à educação e ao conhecimento escolarizado. Para que ocorra, de fato, esse processo de inclusão escolar, é importante rever a cultura institucional, os

valores que orientam as práticas educativas na escola, além da formação inicial e continuada dos profissionais que irão atuar nesse contexto de inclusão.

Os avanços no âmbito das políticas públicas frente ao movimento da inclusão social e da educação inclusiva cada vez mais se ampliam e novos documentos são aprovados e inseridos para atuarem na transformação do desejo de uma escola inclusiva no sentido de atender a todos com o mesmo direito: de se ter acesso à educação. Assim, a Convenção sobre os direitos da Pessoa com Deficiência protocolada em 30 de março de 2007, no artigo 24, determina que os Estados assegurem “apoio necessário no âmbito do sistema educacional” às pessoas com deficiência e também “medidas de apoio individualizadas” para garantir a “meta de inclusão plena” destes sujeitos (CROSARA e VIDAL, 2008, p. 147).

Com relação à atuação do professor de apoio no acompanhamento de alunos público da educação especial em sala de aula regular existem controvérsias. Autores como Sanches e Teodoro (2007), Mantoan (2004) consideram que a presença do professor de apoio não contribui para a inclusão escolar.

Na pesquisa realizada com professores de apoio educativo³ em Portugal, Sanches e Teodoro (2007) apontam resultados de que os professores pesquisados não atuam na prática inclusiva, uma vez que ficam exclusivamente em atendimento ao aluno que requer este atendimento nas ações do processo de ensino e aprendizagem.

Por se tratar de um apoio direto e individual na carteira do aluno, para os autores, esta prática promove uma discriminação, uma vez que prejudica a socialização deste aluno com os demais colegas de sala. Esta prática dos professores de apoio representa, de certa forma, um distanciamento dos princípios de “Educação Para Todos”, conforme elencado na Declaração de Salamanca.

Sanches e Teodoro (2007) concluem em sua pesquisa que a prática inclusiva destes professores se consolidaria na promoção do ensino com qualidade para todos os alunos, não somente para aqueles que necessitem de especificidades didáticas para sua aprendizagem, visto que não são apenas alunos da educação especial que as necessitam, mas todos os alunos de forma peculiar.

Mantoan (2004,) também defende a ideia de que a prática do professor de apoio em sala de aula é uma forma de discriminação aos alunos com deficiência, uma vez que estes alunos tendem a receber adaptações para o sucesso na vida escolar:

³ Esta é a nomenclatura da função docente para atender alunos da educação especial em sala de aula comum. A Lei nº 46/86, - Lei de Bases do Sistema Educativo de Portugal - de 14 de outubro de 1986, no artigo 2º decreta que "todos os portugueses têm direito à educação" e são os artigos 17 e 18 os que mais favoreceram o contexto da implementação do professor de apoio.

A presença de professores especialmente destacados para acompanhar o aluno com deficiência nas atividades de sala de aula, servindo como apoio ou mesmo respondendo diretamente pela inserção desse aluno no meio escolar, é uma alternativa de inserção que vem sendo frequentemente utilizada pelos sistemas organizacionais de ensino em todo o mundo. A nosso ver, essa alternativa constitui mais uma barreira à inclusão, pois é uma solução que exclui, que segrega e desqualifica o professor responsável pela turma e que o acomoda, não provocando mudanças na sua maneira de atuar, uma vez que as necessidades educativas do aluno com deficiência estão sendo supridas pelo educador especializado. (MANTOAN, 2004, p. 35)

Percebe-se que tanto Mantoan (2004) quanto Sanches e Teodoro (2007) compartilham da mesma ideia como relação à atuação do professor de apoio na sala de aula comum aos alunos com deficiência. Para os referidos autores, trata-se de uma prática que não contribui com o processo de inclusão dos alunos, mas que, ao contrário, dificulta principalmente o processo de socialização.

O desenvolvimento pleno desses alunos, para além das políticas públicas descritas sob a forma de legislação, requer práticas pedagógicas desenvolvidas conjuntamente por todos os atores envolvidos no processo educativo. A inclusão escolar, de fato, requer que todos os envolvidos no cotidiano escolar compreendam seus princípios e os materializem em suas ações.

3 Metodologia

Seguindo os conceitos de Gil (2002), pretendemos fazer esta pesquisa qualitativa, demarcadamente do tipo descritiva, com base no objetivo da mesma em estabelecer relações entre as variáveis do fenômeno em estudo. O conceito de variável tanto para Gil quanto para Triviños está relacionado a tudo que pode variar, assumir novos valores, mudar, conforme as circunstâncias. A definição ainda se restringe à possibilidade de a variável ser “medida”⁴ na pesquisa quantitativa e à possibilidade da variável ser “descrita”⁵ na pesquisa qualitativa (TRIVIÑOS, 1987, p. 107).

A pesquisa será composta de uma fase bibliográfica que possibilita um campo de informações mais amplo, além de permitir a utilização de dados de referência em literaturas, o que auxiliará na análise que envolve o objeto de estudo proposto (GIL, 2002). A outra fase da pesquisa será de análise documental para averiguação em fontes ‘que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, fontes primárias’(SÁ-SILVA, 2009, p.06)”.

⁴ Grifos do autor.

⁵ Grifos do autor.

Pretende-se também realizar entrevistas com perguntas abertas e fechadas com os professores e gestores da rede municipal de ensino de Uberlândia para mapear o perfil dos professores de apoio e a conduta pedagógica em educação especial sob ótica da perspectiva inclusiva. Estas entrevistas possibilitarão confrontar os dados obtidos com as análises realizadas através de documentos e literatura da presente pesquisa.

Neste caso, a pesquisa se destina à análise dos aspectos de âmbito legal, administrativo e pedagógico relacionado à atuação do professor de apoio na rede pública municipal de ensino da cidade de Uberlândia/MG, sob a ótica da educação inclusiva, mais precisamente envolvendo o público da Educação Especial, e as variáveis correspondem ao tipo de qualificação destes profissionais, ao tipo de público atendido, às condições que se realizam este atendimento no âmbito legal, administrativo e no aspecto pedagógico, bem como, às nuances do discurso inclusivo deste serviço de apoio aos alunos público desta modalidade de ensino.

Para a abordagem da pesquisa qualitativa, este estudo descritivo fará uso de documentos que englobem a Educação Especial e a figura do professor de apoio em âmbito nacional, estadual e local; da observação livre; da entrevista semiestruturada como instrumentos para coletas de dados.

Também utilizaremos nesta pesquisa documentos legais como forma de coleta de dados para este estudo, Ou seja, utilizaremos documentos como orientações e instruções normativas da Secretaria Municipal de Educação (SME) de Uberlândia/MG, instruções normativas de outras regiões que possuem professor de apoio nas escolas, Plano Municipal de Educação (PME) de Uberlândia, legislação pertinente à educação especial e educação inclusiva no âmbito, municipal, no estado de Minas Gerais e no âmbito federal. Com este tipo de estudo descritivo baseado em análises de documentos é possível conseguir grande quantidade de informações (TRIVIÑOS, 1987).

A pesquisa se baseará também nos estudos de Foucault sobre análises dos discursos, objetivando comparar os discursos que findam os documentos analisados sobre a inclusão escolar das pessoas com deficiência e a relação que se tem entre o discurso da inclusão com a prática dos professores de apoio, no sentido que se diz o autor:

[...] suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 1996, p.08)

Neste sentido, buscaremos nos estudos de Foucault pesquisar os bastidores sociais que norteiam os discursos de inclusão nos documentos oficiais de âmbito nacional, estadual e municipal do campo educacional, na tentativa de analisar tais discursos do desmembramento teórico ao eixo prático das atuações das políticas públicas de inclusão no que tange ao desejo de incluir pessoas com deficiências no contexto escolar com o poder que se tem nas entrelinhas deste discurso inclusivo.

4 Considerações Finais

O estudo não pretende eliminar todas as dificuldades de implementação da prática do professor de apoio nem tampouco anular as possibilidades desta função ao atendimento dos alunos com TGD, mas por estar em fase de pesquisa, a proposta é que os objetivos pretendidos com o estudo sejam alcançados.

Desta forma, muito ainda há de ser feito no caminhar das ações desta pesquisa para se concretizar os objetivos pretendidos. Diante destas considerações, os resultados só poderão ser apresentados após a conclusão das etapas metodológicas expressas neste estudo.

Referências:

BRASIL. **Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, 1990.

_____. Lei nº 9394/96, de 20/12/1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 04/01/2014.

_____. **Lei nº 12764/12, de 27/12/12**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm Acesso em: 07/01/15.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>>. Acesso em: 16 de out. de 2014.

_____. **Nota Técnica SEESP/GAB nº 09/2010, de 09/04/2010**. Orientações para a Organização de Centros de Atendimento Educacional Especializado. MEC/SEESP, 2010. Disponível em: <<http://inclusaoja.com.br/2011/06/03/orientacoes-para-a-organizacao-de-centros-de-aee-nota-tecnica-092010-mecseesp-gab/>>. Acesso em: 11 de jan. de 2014.

_____. **Nota Técnica SEESP/GAB nº 11/2010, de 07/05/2010**. Orientações para a institucionalização da Oferta do Atendimento Educacional Especializado- AEE em Salas de Recursos Multifuncionais, implantadas nas escolas regulares. MEC/SEESP, 2010. Disponível

em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=5294&Itemid=>. Acesso em: 07 de jan. de 2014.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Parecer CNE/CEB nº17 de 03/07/2001. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial. **Diário Oficial da União**, Seção 1. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/parecer17.pdf>>. Acesso em: 04 de jan. de 2014.

_____. **Resolução CNE/CEB Nº. 4 de 02/10/09**. Institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, na modalidade Educação Especial. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica, 2009. Disponível em: <portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf> . Acesso em: 03 de fev. de 2014.

CROSARA, A. P. de R.; VITAL, F. M. P. (Coordenadoras). **A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008. 164 p.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Ed. Loyola. 3 ed. 1996.

_____, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução: Eduardo Jardim e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Nau. 4 ed. 2013, 151 p.

_____, M. **Em Defesa da Sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976) / Michel Foucault; Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes. Coleção Tópicos 2005, 373 p. Disponível em: <<https://ayrtonbecalle.files.wordpress.com/2015/07/foucault-m-em-defesa-da-sociedade.pdf>>. Acesso em 05 jan 2017.

_____. M. **História da loucura na idade clássica**. Tradução de José Coelho Teixeira Neto. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

_____. M. **Microfísica do Poder**. Roberto Machado (tradutor). Rio de Janeiro: Ed. Graal, 4ª ed. 1984.

_____, M. **Vigiar e Punir**. O Nascimento da prisão. Tradução de Raquel Romallete. 42º ed. Petropolis: Vozes, 2016. 302 p.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em:

<<http://docente.ifrn.edu.br/mauriciofacanha/ensino-superior/redacao-cientifica/livros/gil-a.-c.-como-elaborar-projetos-de-pesquisa.-sao-paulo-atlas-2002./view>> Acesso em 08 jun. 2016.

MANTOAN, M. T. E. Uma Escola de Todos, Para Todos e com Todos: o Mote da Inclusão. In: STOBAUS, C. D.; MOSQUERA, J. J. M. **Educação Especial em Direção da Educação Inclusiva**. 2ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 27-40

NETO, E.A.P.; MOURA, S.M. **Papel do Professor de Apoio Permanente para Alunos Com Necessidades Educativas Especiais: Reflexões sobre as Políticas Públicas e suas Ações Educativas nas Salas de Ensino Regular**. 2012. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/semanadaeducacao/pages/arquivos/anais/2012/anais/educacaoespecial/opapeldeprofessorde.pdf>> Acesso em: 24/02/15.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, Ano I - Número I - Julho de 2009. Disponível em

//www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo. Pesquisa%20documental.pdf. Acesso em 24 de julho de 2014.

SANCHES, I, TEODORO, A. Procurando indicadores de educação inclusiva: as práticas dos professores de apoio educativo. **Revista Portuguesa de Educação**. Universidade de Minho, 20(2), 2007, p. 105-149.

SANCHEZ, P. A. A Educação Inclusiva: um Meio de Construir Escolas Para Todos no Século XXI. In: **Inclusão**. Revista da Educação Especial. Out, 2005. p.07-18.

SILVA, E.L da; MENEZES, E. M.; **Metodologia e Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 4ª ed. Florianópolis: UFSC. 2005. 133 p.

SILVA, L.C da; A Educação Superior e o Discurso da Inclusão: Conceitos, Utopias, Lutas Sociais, Realidade. In: SILVA, L. C.; DECHICHI, C.; SOUZA, V.A (organizadoras). **Inclusão Educacional do Discurso à Realidade: construções e potencialidades nos diferentes contextos educacionais**. Col. Educação Especial e Inclusão Escolar: Políticas, Saberes e Práticas. Série: Novas Pesquisas e Relatos de Experiências. EDUFU, 2012.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Adaptada pela Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade. Salamanca/Espanha, 1994. p.32.

_____. **Conferência Mundial sobre Educação para Todos**. Tailândia: Jomtien, 1998. Disponível em: <http://www.unesco.org.br>. Acesso 10/04/2014.